



**GEDES**

Grupo de Estudos de Defesa  
e Segurança Internacional

## OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

**INFORME BRASIL Nº 35/2017**

Período: 30/09/2017 – 06/10/2017

**GEDES – UNESP**

- 1- Forças Armadas foram retiradas da comunidade da Rocinha
- 2- Congresso Nacional retomou debate sobre o julgamento de crimes cometidos em operações GLO
- 3- Repercussões sobre as declarações dos generais Mourão e Pujol a respeito de intervenção militar
- 4- Colunista comentou ações das Forças Armadas no Rio de Janeiro
- 5- Adido militar em Seul possui planos para proteção de brasileiros na Coreia do Sul em caso de conflito
- 6- Senado debate utilização das Forças Armadas em questões de segurança pública
- 7- Liberação de recursos para o Ministério da Defesa

### 1- Forças Armadas foram retiradas da comunidade da Rocinha

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, as Forças Armadas foram retiradas do cerco à comunidade da Rocinha na cidade do Rio de Janeiro. O cerco foi iniciado no dia 22/09/17, motivado pelo conflito armado entre traficantes no local. Segundo o ministro da Defesa, Raul Jungmann, as Forças Armadas poderão atuar novamente caso o traficante Rogério Avelino da Silva retorne à Rocinha. Sobre a retirada das tropas, o ministro afirmou que a operação já cumpriu seu objetivo de estabilização. Conforme o *Correio* e a *Folha*, em resposta aos relatos de retomada da violência na comunidade, Jungmann afirmou que “é utopia” acreditar que as Forças Armadas acabarão com o crime na Rocinha e que “o que foi construído ao longo de décadas não vai ser desfeito em dois meses”. Segundo a *Folha*, Jungmann deve discutir a criação de uma força tarefa constituída por policiais, juízes e procuradores “dedicados ao Rio” em reunião com a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, no dia 03/10/17. Conforme os periódicos, após a retirada das Forças Armadas, a ordem e a segurança na Rocinha devem ser mantidas pela polícia militar e civil do estado do Rio de Janeiro. De acordo com o governo do estado, durante a atuação das Forças Armadas foram apreendidos 25 fuzis, 7 bombas caseiras e 14 granadas, além da prisão de 24 suspeitos. Moradores da comunidade destacaram que, mesmo com a polícia militar e civil na Rocinha, há uma insegurança em decorrência da possibilidade da retomada do conflito. No dia 01/09/17, dois dias após a saída das Forças Armadas, houve troca de tiros entre policiais e traficantes. Segundo o *Correio*, a Polícia Militar do Rio de Janeiro decidiu aumentar o patrulhamento após a saída dos militares, ao encontrar pichações que indicavam que o traficante Rogério Avelino da Silva havia trocado de facção, pertencendo agora ao Comando Vermelho. (*Correio Braziliense* – Brasil – 30/09/17; *Folha de S. Paulo* –

Cotidiano – 30/09/17; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 02/10/17; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 30/09/17; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 02/10/17; Correio Braziliense – Brasil – 04/10/17)

## 2- Congresso Nacional retomou debate sobre o julgamento de crimes cometidos em operações GLO

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, parlamentares retomaram a discussão sobre transferir para a Justiça Militar os julgamentos de crimes cometidos por militares contra a vida de civis durante operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). De acordo com o periódico, as discussões foram suscitadas pela recente atuação das Forças Armadas na comunidade da Rocinha na cidade do Rio de Janeiro. No dia 14/09/17, o projeto de Lei 44/2016 do deputado federal Esperidião Amin Helou Filho, referente à transferência dos crimes cometidos por militares contra a vida de civis para a Justiça Militar, foi aprovado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado Federal. Amin, porém, afirmou que está ocorrendo uma “fraude ideológica em função das circunstâncias”, visto que sua proposta referia-se apenas ao período dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Segundo Renato Sérgio de Lima, diretor presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, há um “vácuo jurídico” que ocasionou a problemática referente ao julgamento de militares em operações GLO, entretanto, destacou o risco da alteração. Lima argumentou que o uso das Forças Armadas em ações policiais deve se pautar pela “regra constitucional de igualdade para todos”, o que não ocorreria na Justiça Militar. Por meio de nota, a assessoria do Exército alegou que o projeto de lei oferece maior segurança jurídica aos militares durante as operações de GLO. A votação do projeto está prevista para a semana do dia 31/09/17. Segundo o *Correio*, no contexto da aprovação da lei que permite que agentes de trânsito tenham porte de armas, o projeto de lei que transfere para a Justiça Militar os crimes de militares em atividades de GLO tem grandes chances de ser aprovado. (*Correio Braziliense – Brasil – 30/09/17; Correio Braziliense – Política – 02/10/17*)

## 3- Repercussões sobre as declarações dos generais Mourão e Pujol a respeito de intervenção militar

Em coluna ao periódico *Folha de S. Paulo*, o cientista político e jornalista brasileiro André Singer criticou as declarações do general do Exército, Antônio Hamilton Mourão, e do comandante militar do Sul, general Edson Leal Pujol, os quais afirmaram que uma intervenção militar poderia sanar a crise política no país. Segundo Singer, as declarações dos militares fazem parte de um conjunto de “surto de exceção” ocasionados pelo *impeachment* da ex-presidenta da República, Dilma Vana Rousseff. De acordo com o colunista, o cenário pode piorar se a população “não encarar o perigo de frente e reagir”. Em contrapartida, segundo *O Estado de S. Paulo*, o deputado federal Jair Bolsonaro, em discurso na cidade de Belém, no dia 05/09/17, pediu “palmas” ao general Mourão. Ainda de acordo com *O Estado*, o juiz federal Sérgio Moro afirmou, durante um discurso em evento no Hotel Fasano, na cidade de São Paulo, que “os cidadãos brasileiros recuperaram em 1985 todos os seus direitos e liberdades democráticas, depois de 20 anos de ditadura militar. As Forças Armadas tiveram um importante papel na história do Brasil. Mas este período da ditadura militar foi, e não há dúvida disso, um grande erro.” Ademais, o juiz, ao ser indagado sobre a fala do general Antonio Hamilton Martins Mourão, que sugeriu uma possível

intervenção militar no país, respondeu: “não creio que aquele comentário tinha esse propósito de anunciar uma coisa fora de uma preocupação com esses casos graves de corrupção”. (Folha de S. Paulo – Opinião – 30/09/17; O Estado de S. Paulo – Política – 03/10/17; O Estado de S. Paulo – Política – 06/10/17)

#### 4- Colunista comentou ações das Forças Armadas no Rio de Janeiro

Em coluna opinativa ao periódico *Folha de S. Paulo*, o colunista Janio de Freitas avaliou a atuação das Forças Armadas nas operações de garantia da lei e da ordem (GLO) que ocorreram na comunidade da Rocinha, na cidade do Rio de Janeiro. Freitas afirmou que as tropas chegaram ao local sem entender o que estava acontecendo e que a utilização do Exército está sendo “correspondente ao dispêndio de dinheiro, energia e propaganda”. O colunista lembrou a operação de segurança pública desenvolvida pelos militares durante a cúpula das Nações Unidas para o meio ambiente, em 1992, na cidade. Segundo Freitas, uma das ações do Exército na ocasião foi posicionar canhões, carros de combate e tanques para áreas habitadas, entre as quais estava a Rocinha. A postura, segundo o colunista, foi classificada pelo então presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, como “ridícula”. Freitas afirmou que as operações no Rio de Janeiro estão sendo um grande insucesso e que o Exército deve se adequar à situação ou poupar gastos e desgaste. (Folha de S. Paulo – Poder – 01/10/17)

#### 5- Adido militar em Seul possui planos para proteção de brasileiros na Coreia do Sul em caso de conflito

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, o adido militar da embaixada brasileira em Seul, na Coreia do Sul, elaborou um plano detalhado para o deslocamento de brasileiros de zonas de conflito para áreas seguras caso ocorra uma guerra entre a Coreia do Sul e a Coreia do Norte. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 01/10/17)

#### 6- Senado debate utilização das Forças Armadas em questões de segurança pública

Segundo o periódico, *Folha de S. Paulo*, no contexto das operações de segurança pública desenvolvidas pelas Forças Armadas na cidade do Rio de Janeiro, senadores propuseram que o emprego dos meios militares neste tipo de missão seja submetido à análise e aprovação do Senado Federal (Folha de S. Paulo – Poder – 01/10/17).

#### 7- Liberação de recursos para o Ministério da Defesa

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, com a decisão do governo de rever a decisão de contingenciar recursos com a finalidade de evitar cortes em serviços essenciais, o Ministério da Defesa foi um dos órgãos mais beneficiados, tendo recebido cerca de 2,11 bilhões de reais. O Ministério afirmou que os recursos serão utilizados para honrar os compromissos referentes à “manutenção das mais de 1,6 mil organizações militares, controle do espaço aéreo, patrulhamento do mar territorial e fronteiras terrestres, manutenção e treinamento operacional das Forças e outros”. Segundo a pasta, parte dos recursos serão destinados aos programas estratégicos das Forças Armadas, como a construção de equipamentos e máquinas. (Correio Braziliense – Economia – 04/10/17)

## **SITES DE REFERÊNCIA**

Correio Braziliense – [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)

### **Equipe:**

Bruce Scheidl Campos (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); David Succi Júnior (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CNPq); Gabriela Fideles Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Giulia Botossi Gomes (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Guilherme Coscrato Rasquini (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Gustavo Henrique Gonçalves Ferreira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Isabella Anselmo Raymundo (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Leonardo Dias de Paula (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista FAPESP); Leonardo Molina Ferreto (Redator, graduando em Relações Internacionais); Matheus Bittencourt de Amorim (Redator, graduando em Relações Internacionais); Natália Rodrigues Germano (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Rafaela Schuindt Santos (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Sophia Teixeira e Souza (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Stephanie Loli Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais).